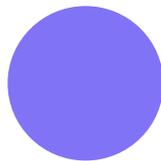
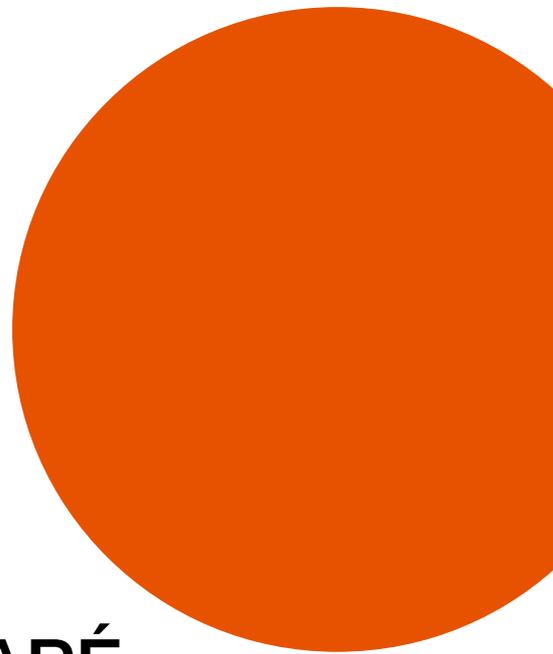




INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



GPS DO ESPAÇO CÍVICO

BOLETIM TRIMESTRAL 5

MARÇO 2022



GPS DO ESPAÇO CÍVICO

outubro-dezembro 2021

O espaço cívico — esfera entre os negócios, o Estado e a família onde cidadãos e cidadãs se organizam, debatem e agem para influenciar as políticas públicas e os rumos de nosso país — está sob ataque. As ofensivas constantes a esse espaço representam uma ameaça à transparência, às liberdades de expressão, reunião e manifestação, e aos direitos civis e políticos. São, portanto, contrárias aos direitos e liberdades garantidos na Constituição brasileira e em inúmeras convenções e tratados internacionais. São também uma séria ameaça à democracia. O fechamento do espaço cívico não está acontecendo exclusivamente no Brasil. Porém, ações deliberadas para fechá-lo estão cada vez mais comuns no país.

Por essa razão, o Instituto Igarapé criou o **GPS do Espaço Cívico**. O objetivo do boletim é monitorar ataques, bem como as respostas lideradas pelas instituições do Estado e as ações de resistência da sociedade civil. As análises, trimestrais, são realizadas a partir da coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa, especificamente, pelos veículos Folha de S. Paulo, G1, O Estado de S. Paulo, O Globo e UOL. Essas informações são organizadas e catalogadas de acordo com categorias sociológicas que definem

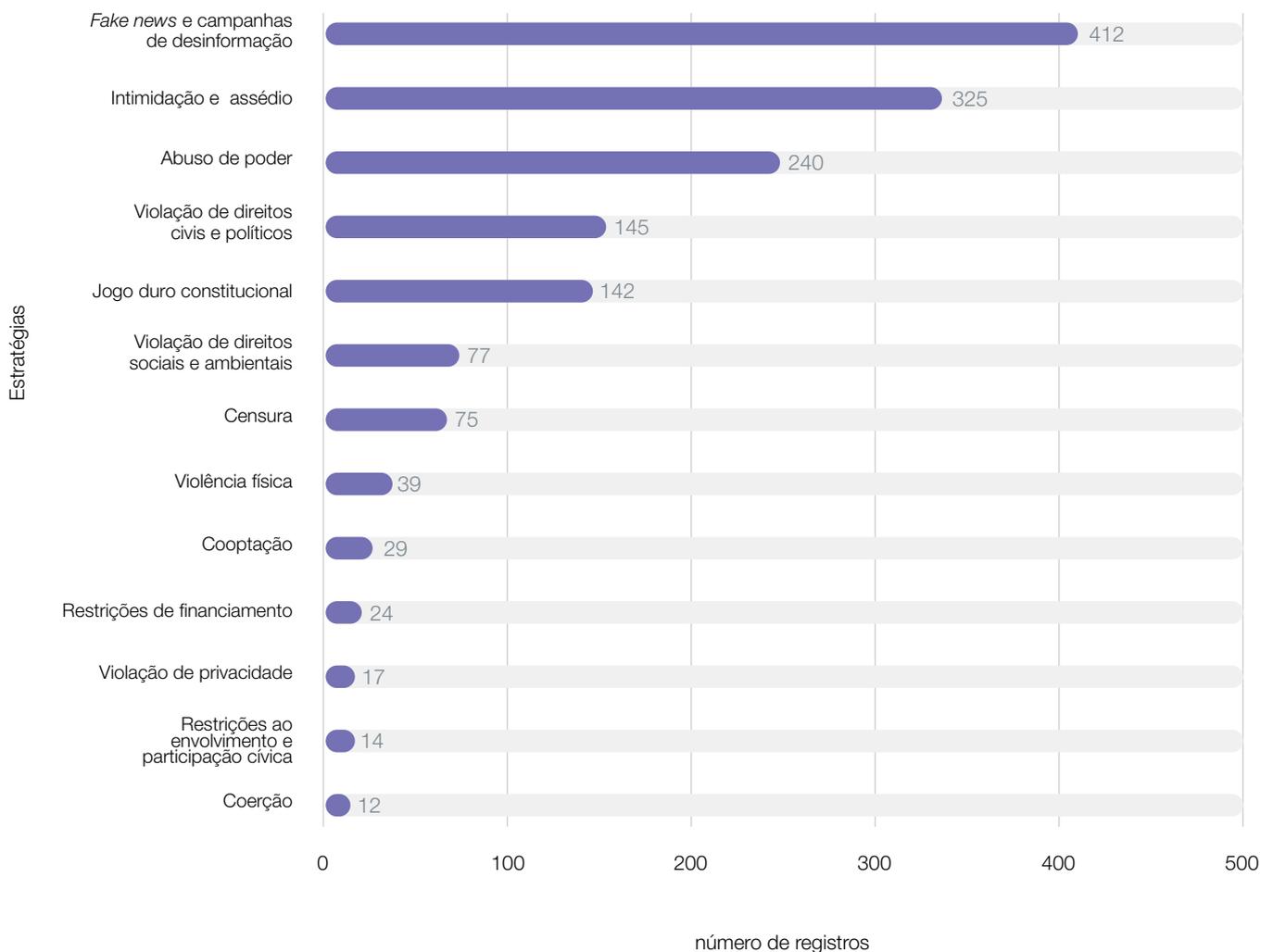
as principais estratégias e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico. Essa tipologia foi lançada no Artigo Estratégico 49 do Instituto Igarapé “[A Ágora sob ataque: uma tipologia para análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo](#)” e atualizada na nota técnica “[Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico](#)”.

Nesta 5ª edição do GPS, apresentamos uma retrospectiva de 2021, além do balanço do trimestre. De janeiro a dezembro, mapeamos **1.551** ameaças ao espaço cívico no Brasil. Por outro lado, identificamos, no mesmo período, **1.349** respostas institucionais e **750** ações de resistência da sociedade civil e outros grupos. No último trimestre do ano foram **334** ameaças, **241** respostas institucionais e **152** ações de resistência. Em um ano em que observamos a intensificação e diversificação das estratégias e táticas para fechar o espaço cívico até o terceiro trimestre, os últimos meses de 2021 registraram uma leve redução na frequência desses ataques. Isso não significa, no entanto, que as ameaças e retrocessos impostos ao longo de todo o ano não tenham deixado marcas profundas nas estruturas e processos basilares da democracia brasileira.

Retrospectiva 2021

De janeiro a dezembro de 2021, o Instituto Igarapé mapeou **1.551 ataques ao espaço cívico**. As **fake news e campanhas de desinformação** (412 ameaças), **intimidação e assédio** (325), **abuso de poder** (240), **violação de direitos civis e políticos** (145) e **jogo duro constitucional** (142) foram as cinco táticas mais empregadas ao longo do ano. Em conjunto, elas contribuíram para consolidar um ambiente de medo e intolerância à crítica, em que as instituições e processos democráticos foram diretamente atacados, e a finalidade pública de mandatos foi subvertida para servir a interesses dos autores dos ataques.

FIGURA 1 - Estratégias mais utilizadas para atacar o espaço cívico em 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa.

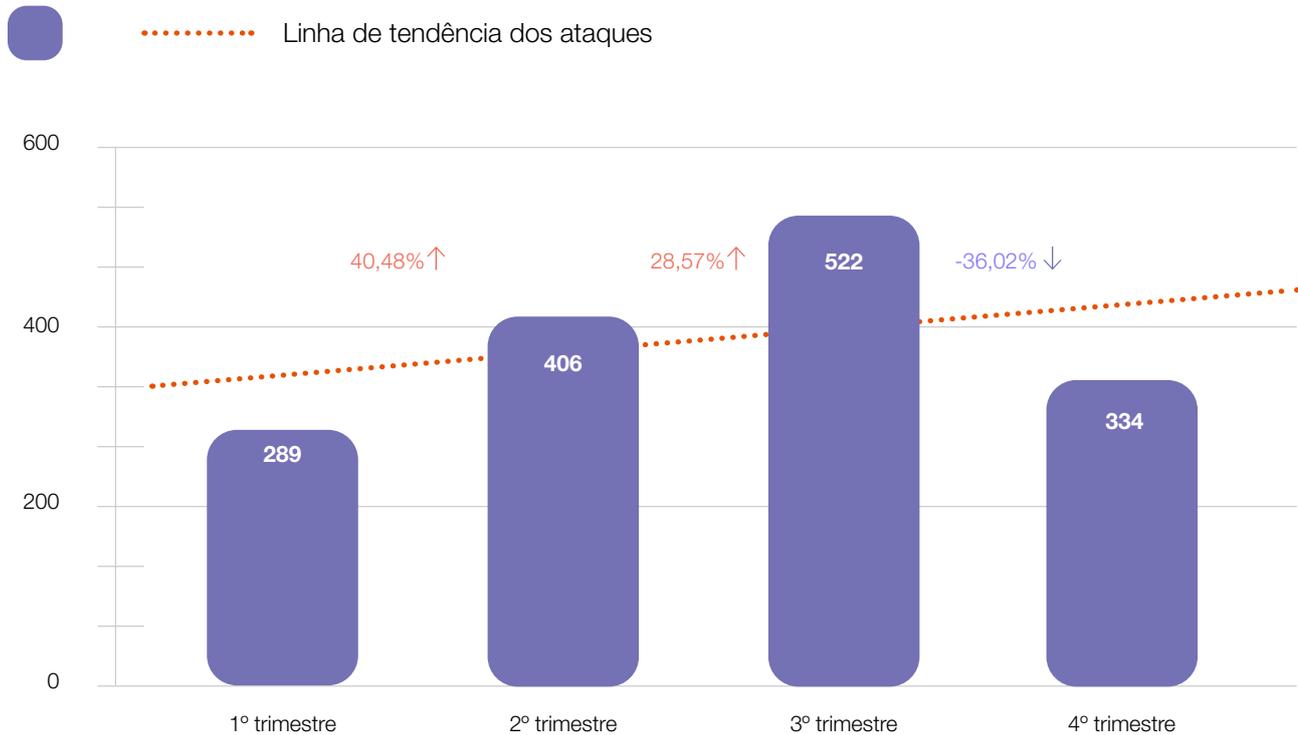
Processos que começaram no início do governo de Jair Bolsonaro, como as tentativas de silenciamento de opositores, criminalização da sociedade civil e [ataques aos demais poderes](#), se intensificaram ao longo de 2021. Ao mesmo tempo, novas ameaças surgiram, contribuindo para o enfraquecimento das instituições e a erosão gradual da nossa democracia. O avanço no [aparelhamento de órgãos-chave](#), por meio de [nomeações](#) baseadas no [alinhamento político](#) em detrimento da capacidade técnica, levou ao [desvio da finalidade pública](#) de órgãos em áreas fundamentais como a [Educação](#), [Saúde](#), [Cultura](#), [Meio Ambiente](#), [Ciência e Tecnologia](#) e [Direitos Humanos](#). [Servidores públicos](#) não alinhados ao governo passaram a sofrer [perseguições e assédio institucional](#). Órgãos [cooptados](#) atuaram não apenas para [blindar o governo de investigações e acusações](#), mas também para [perseguir críticos e oponentes políticos](#). O [uso ilegítimo do aparato policial e judicial para silenciar vozes dissidentes](#) tornou-se ainda mais nocivo com a [aplicação abusiva da Lei de Segurança Nacional](#). As [prisões](#), [intimações](#) e [investigações arbitrárias](#) produziram um ambiente de medo, insegurança e auto-censura.

Ao mesmo tempo, as tentativas de redução dos espaços de crítica e pensamento independente prejudicaram o debate público por meio do silenciamento da discordância. A intimidação e o assédio foram responsáveis pela [restrição da liberdade de expressão de jornalistas](#), [pesquisadores](#), [ativistas](#) de direitos humanos, [lideranças indígenas](#), [professores](#), dentre outros grupos críticos ao governo. Em alguns casos, as agressões verbais e virtuais escalaram para a [violência física](#). Enquanto essas táticas contribuem para minar

a democracia por dentro ao ameaçar seus princípios basilares, práticas mais incisivas também ganharam espaço em 2021. A escalada do discurso de cunho autoritário teve seu ápice no desfile de veículos blindados militares em frente ao Palácio do Planalto com o [intuito de intimidar o Judiciário e o Legislativo](#) e nas manifestações de 7 de setembro, quando ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram atacados incisivamente, a [ocupação do Congresso foi insuflada](#) e [discursos golpistas](#) ganharam palanque diante da campanha de descrcredibilização do nosso sistema eleitoral.

O recrudescimento da crise institucional foi impulsionado por uma onda de *fake news* e campanhas de desinformação, que serviram para angariar uma massa de apoiadores e corroborar com o preexistente descrédito das instituições frente à população. As alegações, sem provas, de [fraude nas eleições](#) e o [negacionismo são apenas alguns exemplos de como fatos irreais são comunicados como forma de minar a confiança da população em valores democráticos](#). Afinal, a base da democracia é o diálogo entre discordantes e a busca pelo consenso, um exercício contínuo, difícil e sensível.

A esse contexto, soma-se a gestão irresponsável da pandemia, com a demora para a aquisição de vacinas, além da propagação de críticas à ciência e às medidas de proteção. Isso custou caro, principalmente para populações vulnerabilizadas, gerando impactos desproporcionais nas [populações indígena](#), [quilombola](#), [negra](#), [carcerária](#) e de [baixa renda](#). O Brasil encerrou o ano com 619.056 mortes por Covid-19.

FIGURA 2 - Ameaças ao espaço cívico em 2021

No entanto, se a colocação de aliados no topo de instituições de controle e fiscalização e a [constante elaboração de atos infr legais](#) provocou o desvio da finalidade pública de diversas instituições, desmantelou uma série de políticas públicas de interesse central da população e limitou o pleno funcionamento do nosso sistema de freios e contrapesos, o uso dessas estratégias mobilizou a reação por parte de outros poderes e instituições.

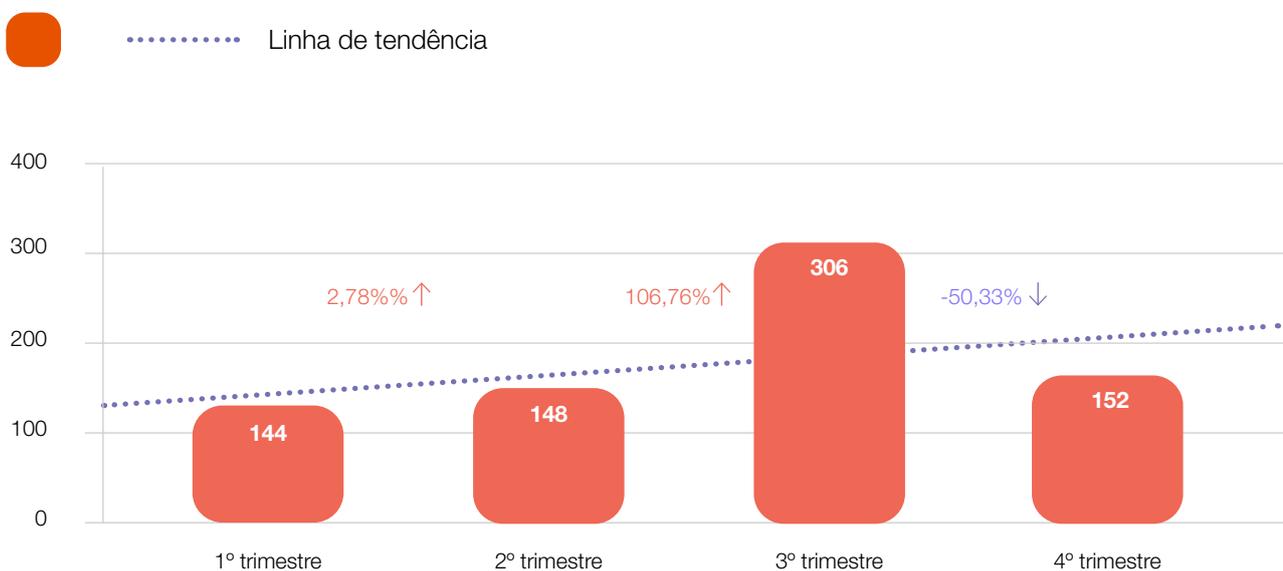
Foram **1.349 respostas institucionais** mapeadas ao longo do ano. O Judiciário se destacou, liderando 31,4% de todas as respostas institucionais. Já o Legislativo esteve à frente de 27,4% dessas iniciativas, e o Ministério Público protagonizou 13,8% das respostas aos ataques ao espaço cívico brasileiro durante o ano de 2021. A partir das inúmeras ações do STF e do TSE, o Judiciário atuou para conter as [ameaças antidemocráticas](#), em especial os [ataques aos ministros da Suprema Corte](#) e a [descrédibilização do sistema eleitoral](#) por meio da [disseminação de campanhas de desinformação](#). No caso do Legislativo, destaca-se, por exemplo, a atuação do Senado, responsável por investigar as omissões do governo no enfrentamento da pandemia durante os trabalhos da CPI da Covid. O Congresso, por sua vez, reagiu ao uso abusivo da Lei de Segurança Nacional e a revogou, aprovando, em seu lugar, a Lei de Proteção do Estado Democrático de Direito. Já o Ministério Público atuou principalmente na abertura de investigações contra autoridades que agiram contrariamente à finalidade pública de seus cargos, como foi o [caso do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#), do [ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles](#) e do então [Advogado-Geral da União, André Mendonça](#). Ainda que os retrocessos sejam muitos, é preciso reconhecer que houve reação.

FIGURA 3 - Respostas Institucionais em 2021



A sociedade civil, seja ela organizada ou não, a imprensa e outros grupos fora da esfera governamental estiveram à frente de protestos e ações de resistência nos mais diversos *fronts*. Nada menos que **750 ações de resistência** foram registradas. A sociedade civil liderou a maioria absoluta desses esforços, com 57,1% de todas as ações de resistência. Foram inúmeras as declarações públicas de ex-presidentes e ex-ministros, a imprensa foi diligente em seu objetivo de informar, e as manifestações nas ruas e nas redes mostraram o descontentamento da população.

FIGURA 4 - Ações de Resistência em 2021



O ano de 2022 promete ser difícil. Mesmo aqueles que acreditam num freio nos ataques à democracia após as eleições precisam ter cautela. Um ambiente extremamente intimidador e agressivo ao diálogo, à participação e à transparência prejudica a democracia ao desvirtuar comportamentos e valores que regem a sociedade.

As medidas infralegais e o jogo duro constitucional

De acordo com o monitoramento do Instituto Igarapé, uma das ameaças mais graves ao espaço cívico em 2021 foi o uso excessivo de medidas infralegais por parte do governo federal, ao arrepio do devido processo legislativo e outras garantias constitucionais. Este uso abusivo de prerrogativas institucionais se enquadra naquilo que denominamos **jogo duro constitucional**, e a edição de numerosos decretos sob o pretexto de regulamentar leis existentes é uma das táticas mais utilizadas.

No GPS, identificamos as ameaças com base no que é veiculado na mídia, mas outra forma de acompanhar a atuação do governo é por meio da [Plataforma Atos](#), uma ferramenta desenvolvida para facilitar o monitoramento dos decretos do Poder Executivo Federal pela sociedade. Apenas no ano de 2021, foram editados **308 decretos** abarcando temas como segurança pública, direitos humanos e meio ambiente. Em 2019 e 2020, foram editados 525 e 389 decretos, respectivamente.

É importante notar que uma das razões possíveis para este decréscimo no número de decretos são justamente as respostas institucionais e os atos de resistência da sociedade civil anteriores. Parte considerável dos decretos editados nos dois primeiros anos do mandato foram sustados pelo Legislativo, suspensos pelo Judiciário ou revogados pelo próprio Executivo, em recuo diante da pressão social. Ou seja, é possível que esta “melhora” de cenário tenha resultado de uma ampla reação das instituições em conjunto com a sociedade.

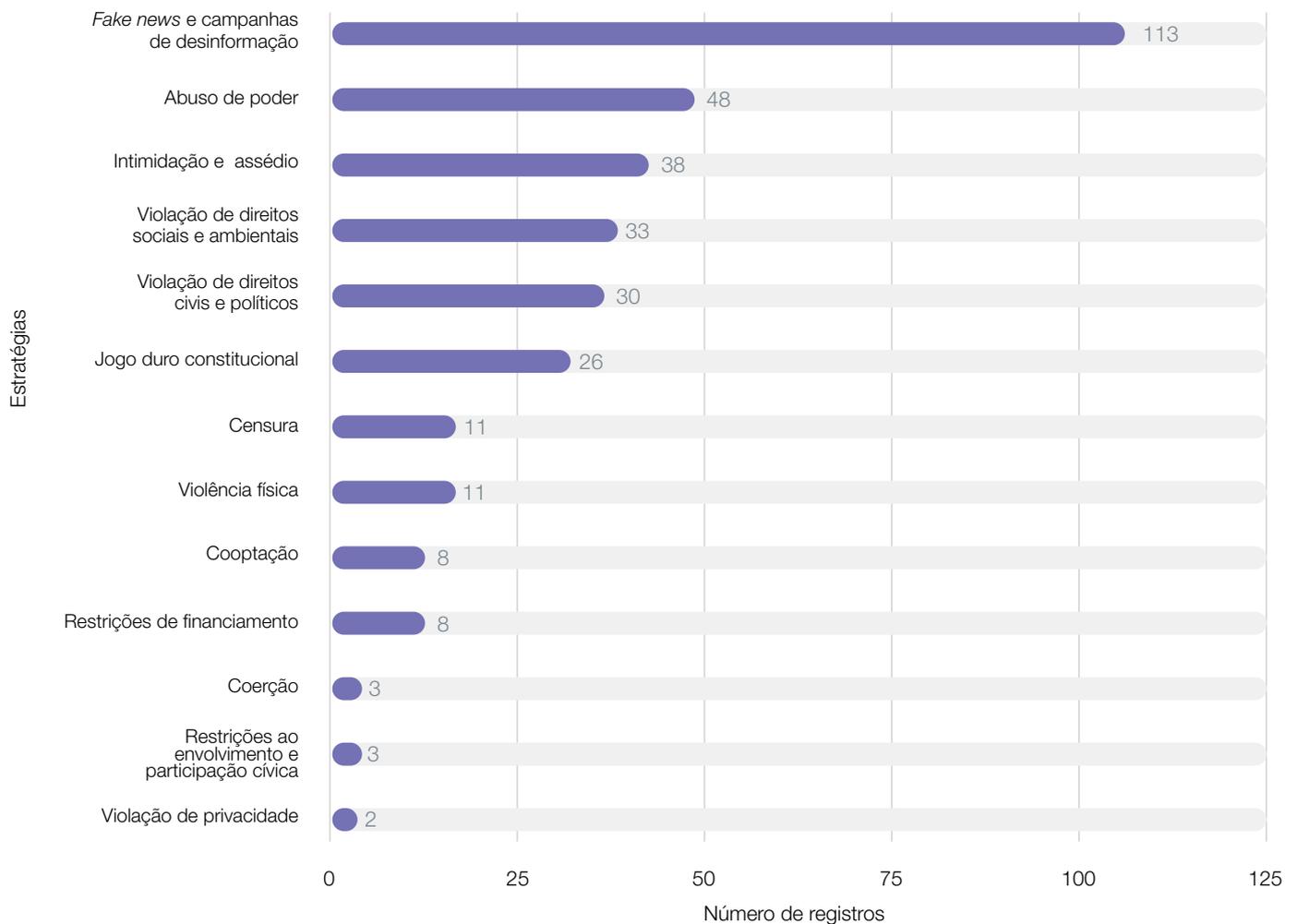
No entanto, apesar da queda quantitativa, o teor dos decretos segue sendo motivo de alerta. Em 2021, por exemplo, foram editados quatro decretos às vésperas do Carnaval para flexibilizar a política de controle de armas de fogo e munição, sob o pretexto de regulamentar a Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Tais decretos foram questionados no STF, e alguns dos seus trechos foram suspensos em decisão liminar. Ou seja, apesar da aparente contenção do Executivo Federal, o uso indevido da prerrogativa de editar normas infralegais persiste, na medida em que o conteúdo de determinados atos editados extrapola a mera regulamentação, com o objetivo de atender interesses políticos, sem passar pelo crivo do Legislativo.

Quer fazer parte das ações de resistência? Acesse a Plataforma Atos e ative o sistema de alertas, para monitorar os temas de seu interesse. Assim, você conseguirá acompanhar de perto os atos normativos publicados, as alterações por eles implementadas e seus impactos nas políticas públicas.

As ameaças 4º trimestre

Entre outubro e dezembro de 2021, foram registradas 334 ameaças ao espaço cívico, uma redução de 32% em comparação ao trimestre anterior. Passado o 7 de Setembro no terceiro trimestre e as ameaças associadas a ele, os registros no quarto trimestre voltaram aos patamares observados em trimestres anteriores. Ainda assim, houve um aumento de 15,6% nas ameaças ao espaço cívico entre o primeiro e o último trimestre do ano. Entre as ameaças mais comuns, destacamos **fake news e campanhas de desinformação** com 113 ameaças, **abuso de poder** com 48 registros e **intimidação e assédio**, somando 38 incidentes.

FIGURA 5 - Ameaças do trimestre

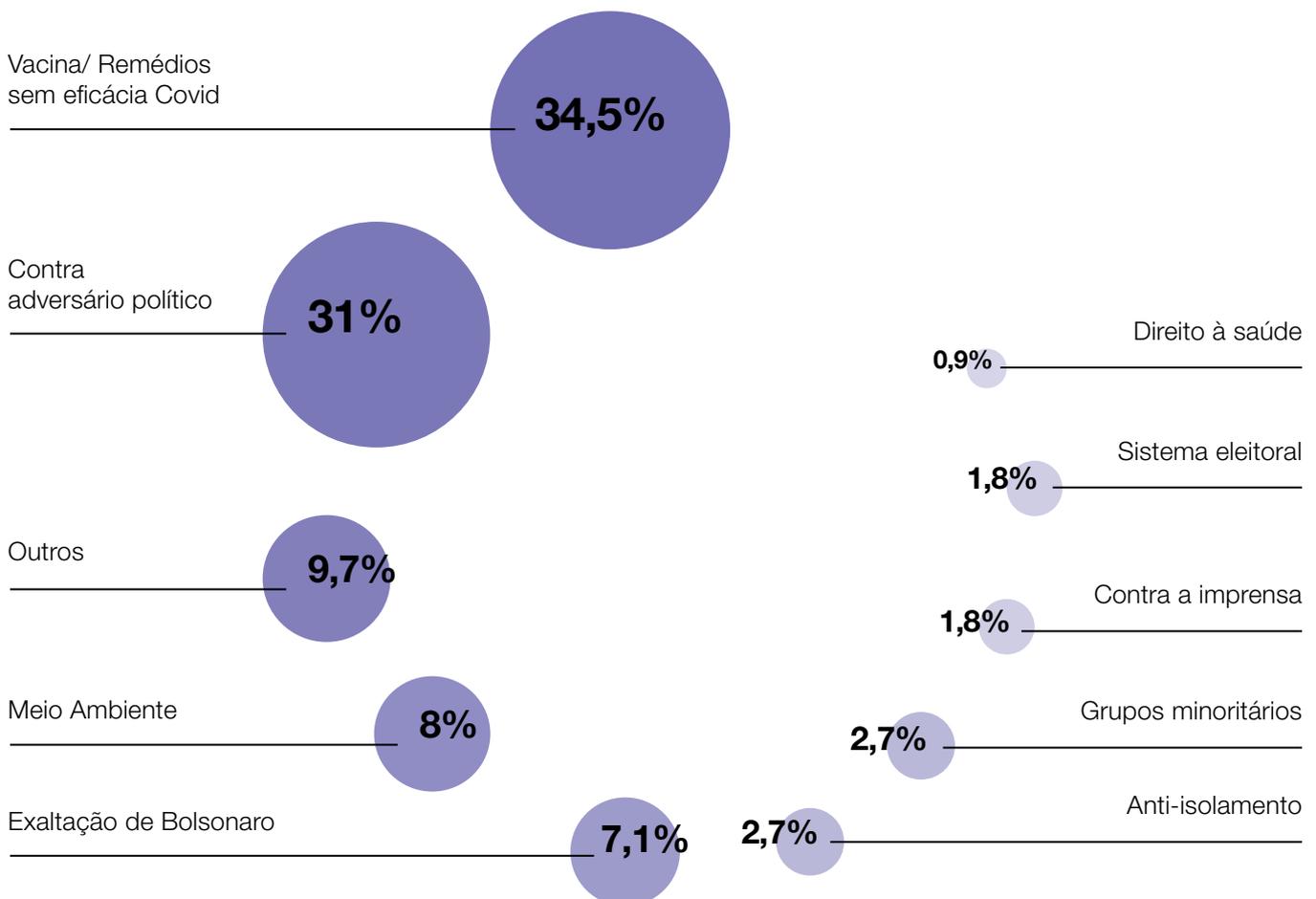


Fonte: Elaboração própria, a partir de coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa.

Entre outubro e dezembro de 2021, foram contabilizadas **113 ameaças** ao espaço cívico classificadas como **fake news e campanhas de desinformação**, alcançando a primeira posição no ranking de ataques com 33,8%. Dentre elas, destacam-se as [notícias falsas](#) relacionadas à [vacina](#) contra [Covid-19](#) (34,5% dos casos), em especial à [vacinação infantil](#), além da defesa de [medicamentos sem eficácia comprovada](#) e o [repúdio ao isolamento social](#). Outro tema que se destacou no período foram as [campanhas de desinformação](#) direcionadas a [adversários políticos](#) de [todos os espectros ideológicos](#). O [ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva](#) foi o [alvo preferencial](#) das [notícias difamatórias](#), enquanto [Bolsonaro](#) foi [enaltecido por seus apoiadores](#), que, segundo reportou O Estado de S. Paulo, atribuíram falsamente a ele [políticas públicas positivas de outros governos](#). Muitos apoiadores do governo federal reagiram ao [relatório final da CPI da Covid](#) com ataques e acusações inverídicas. A [imprensa brasileira](#) e o [sistema eleitoral](#) também foram alvos de desinformação e [descrédibilização](#).

Em novembro, no [contexto da COP26](#), notícias falsas relacionadas às [mudanças climáticas](#) e ao [meio ambiente](#) foram amplamente disseminadas (8%). Grupos negacionistas questionaram o [aquecimento global](#), além de contrariarem dados do [desmatamento](#) e das [queimadas na Amazônia](#). [Lideranças indígenas](#) também foram alvo de campanhas difamatórias neste período.

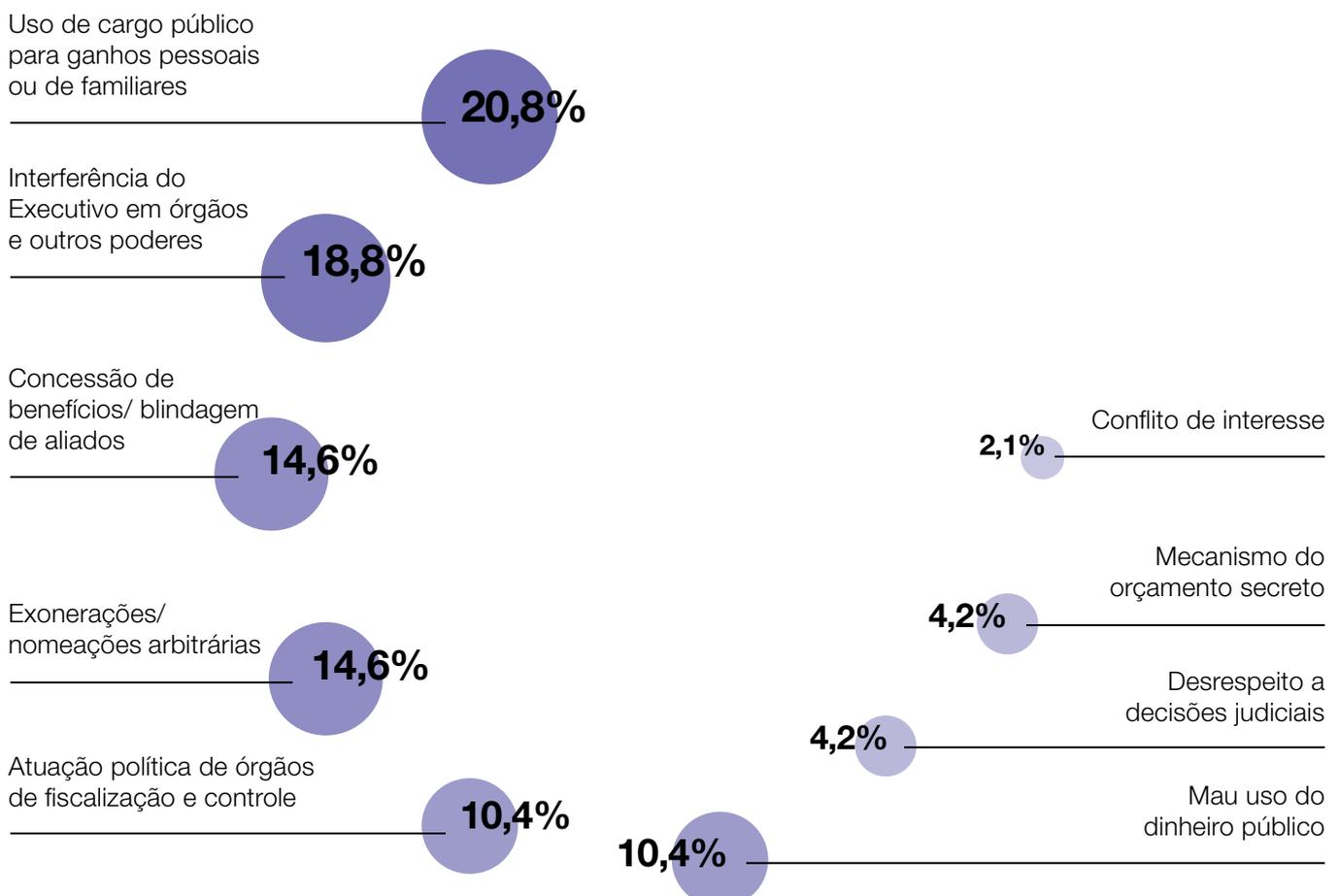
FIGURA 6 - Fake news e campanhas de desinformação



Dentre os **48 casos** de **abuso de poder** identificados (cerca de 15% do total de ameaças do trimestre), 20,8% dizem respeito ao uso do cargo público para ganhos pessoais ou familiares. Ou seja, quando a máquina pública é utilizada para atender interesses privados de membros do governo ou de suas [famílias](#), seja com [viagens oficiais](#), [voos da FAB](#), [emendas parlamentares](#) ou até mesmo matrícula escolar, como no caso da filha de Bolsonaro. Ela foi [admitida no Colégio Militar de Brasília, após a mudança de status militar do pai](#), sem passar por processo seletivo, segundo reportou a Folha de S. Paulo. Não só familiares, mas também aliados políticos receberam [benefícios](#) ou foram blindados (14,6% dos casos). De acordo com o [UOL](#), Bolsonaro usou indevidamente a estrutura do Estado para retardar a extradição do blogueiro de extrema direita Allan dos Santos.

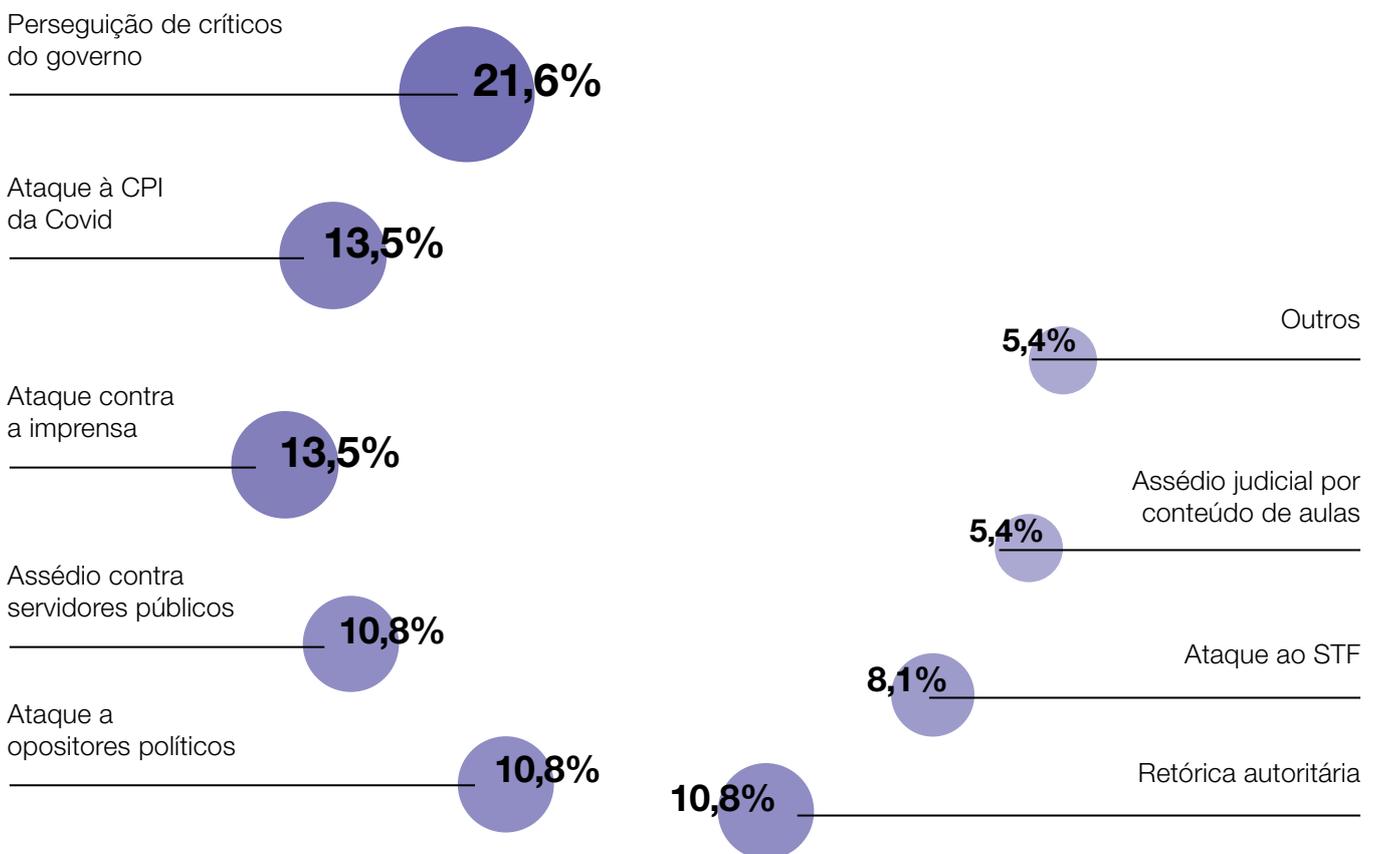
Também foram identificados casos de interferência em órgãos e instituições do Estado (18,8%). Segundo a Folha de S. Paulo, Bolsonaro [pediu a alteração de questões](#) do Enem e afirmou que o exame [estava com a “cara do governo”](#), enquanto o [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(Inep\) tentou incluir profissionais fora do edital na montagem da prova](#). O [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(Iphan\)](#) não saiu ileso, segundo admitiu o próprio presidente, que trocou a direção do órgão após receber uma reclamação do empresário Luciano Hang, apoiador do governo. Merecem destaque também as [nomeações e exonerações arbitrárias, ignorando critérios de capacidade técnica](#) em prol da [lealdade](#) e punindo vozes críticas. Por fim, destaca-se a atuação política de alguns órgãos de fiscalização e controle, como foi o caso da Polícia Federal, da Abin e da PGR, de acordo com o [Estado de S. Paulo](#), a [Folha de S. Paulo](#) e [O Globo](#), respectivamente.

FIGURA 7 - Abuso de poder



Os incidentes classificados como **intimidação e assédio** somaram **38 casos**, representando 11,4% do total de ameaças. Referem-se principalmente à perseguição de críticos ao governo, como os casos do [presidente da ONG SaferNet](#) e da [liderança indígena Txai Suruí](#), que teve a sua família ameaçada. As [ameaças de cunho autoritário](#) não cessaram, e a retórica envolvendo uma suposta [perda de liberdade](#) foi utilizada amplamente para [insuflar grupos aliados do governo](#). Destacam-se também os frequentes [ataques direcionados à imprensa](#), à [CPI da Covid](#) e aos [ministros do STF](#), assim como o assédio institucional de [servidores públicos que manifestaram discordância com as políticas do governo](#).

FIGURA 8 - Intimidação e assédio



Os debates sobre a vacinação infantil e a COP26 marcaram as **violações de direitos sociais e ambientais** que contabilizaram **33 casos**, quase 10% do total de ameaças do trimestre. O direito à saúde foi o que mais sofreu [ameaças](#), com a permanente irresponsabilidade governamental na [gestão da pandemia](#). Em razão do [aparelhamento](#) de [órgãos de proteção ambiental](#), ações ilegais de violação do meio ambiente proliferaram. Já as **violações de direitos civis e políticos** tiveram como alvos preferenciais os [povos indígenas](#), [pessoas negras](#), [mulheres](#) e a [população LGBT](#). Ao todo, foram **30 casos** (8,98%). Também foram identificados casos de [violência estatal](#), partindo principalmente de [forças de segurança](#).

Os **26 casos** de **jogo duro constitucional** foram marcados pela [atuação da Procuradoria-Geral da República](#) para [defender os interesses](#) do [governo federal](#). Além disso, o aparelhamento de órgãos, a partir do posicionamento de aliados em instituições do Estado, como o [Tribunal de](#)

[Contas da União](#), o [STF](#) e a [Corregedoria do Ministério Público](#), foram táticas utilizadas no período. Os **11 casos** de **censura** referem-se ao [não fornecimento](#) ou [divulgação de dados](#), à falta de transparência sobre informações de interesse público e ao [uso ilegítimo da Lei Geral de Proteção de Dados \(LGPD\)](#) como justificativa para negar pedidos de informação. Jornalistas continuam sendo alvos preferenciais de **violência física (11 casos)**. A intensificação [de discordâncias políticas](#), como no caso de uma mulher que foi [atropelada em um protesto contra o presidente Bolsonaro](#), e de polêmicas, como o [passaporte vacinal](#), alimentaram o acirramento de discussões.

Os **8 incidentes** de **cooptação** estão intimamente relacionados aos acenos do governo federal a grupos aliados em troca de apoio, como [ruralistas](#), [caminhoneiros](#), [grupos religiosos](#), [militares](#) e [policiais](#). Já a [educação](#) e a [ciência](#) protagonizaram as principais iniciativas de **restrição de financiamento (8 casos)**. Casos de **coerção (3 casos)** envolvendo o uso do chamado [kit covid](#) e a [vacinação infantil](#) foram os mais comuns. A **restrição ao envolvimento e participação cívica (3 casos)** em comitês que discutem políticas públicas persistiu, como visto nos casos do [Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura](#), e do [Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa](#). Por fim, a atuação de grupos ilícitos para acessar dados pessoais continuou e houve **violação de privacidade** em caso envolvendo a comercialização de informações pessoais [na internet \(2 casos\)](#).

A intensificação de discordâncias políticas e polêmicas alimentaram o acirramento de discussões

As reações do trimestre

Entre outubro e dezembro de 2021, foram registradas **393 ações de reação**. Dentre elas, foram contabilizadas **241 respostas institucionais** partindo dos mais diversos atores, como o Judiciário, Legislativo, Ministério Público e TCU, e **152 atos de resistência** da sociedade civil, academia, associações profissionais, imprensa, organizações nacionais e internacionais, partidos políticos, setor privado, entre outros.

Apesar de o número de reações superar o número de ataques, é importante ressaltar que as respostas de parlamentares, juízes ou promotores, por exemplo, não representam necessariamente o posicionamento da instituição da qual fazem parte, assim como atos de resistência de setores da sociedade civil não representam a população brasileira como um todo. Além disso, são registradas as ações empreendidas para proteger o espaço cívico, o que não quer dizer que elas tenham sido bem sucedidas.

Ainda assim, as reações ao fechamento do espaço cívico, apesar de nem sempre serem capazes de barrar por completo os retrocessos, têm tido um papel fundamental na contenção, ainda que parcial, das ameaças. Em determinadas situações, as respostas institucionais impuseram limites explícitos, revogando ou suspendendo ações legais, infralegais ou extralegais que atentavam contra a democracia. Por outro lado, a pressão da sociedade civil e outros atores cívicos contribuíram enormemente para os recuos e **mudanças de posicionamento** (foram **16** registradas no período).

Respostas institucionais

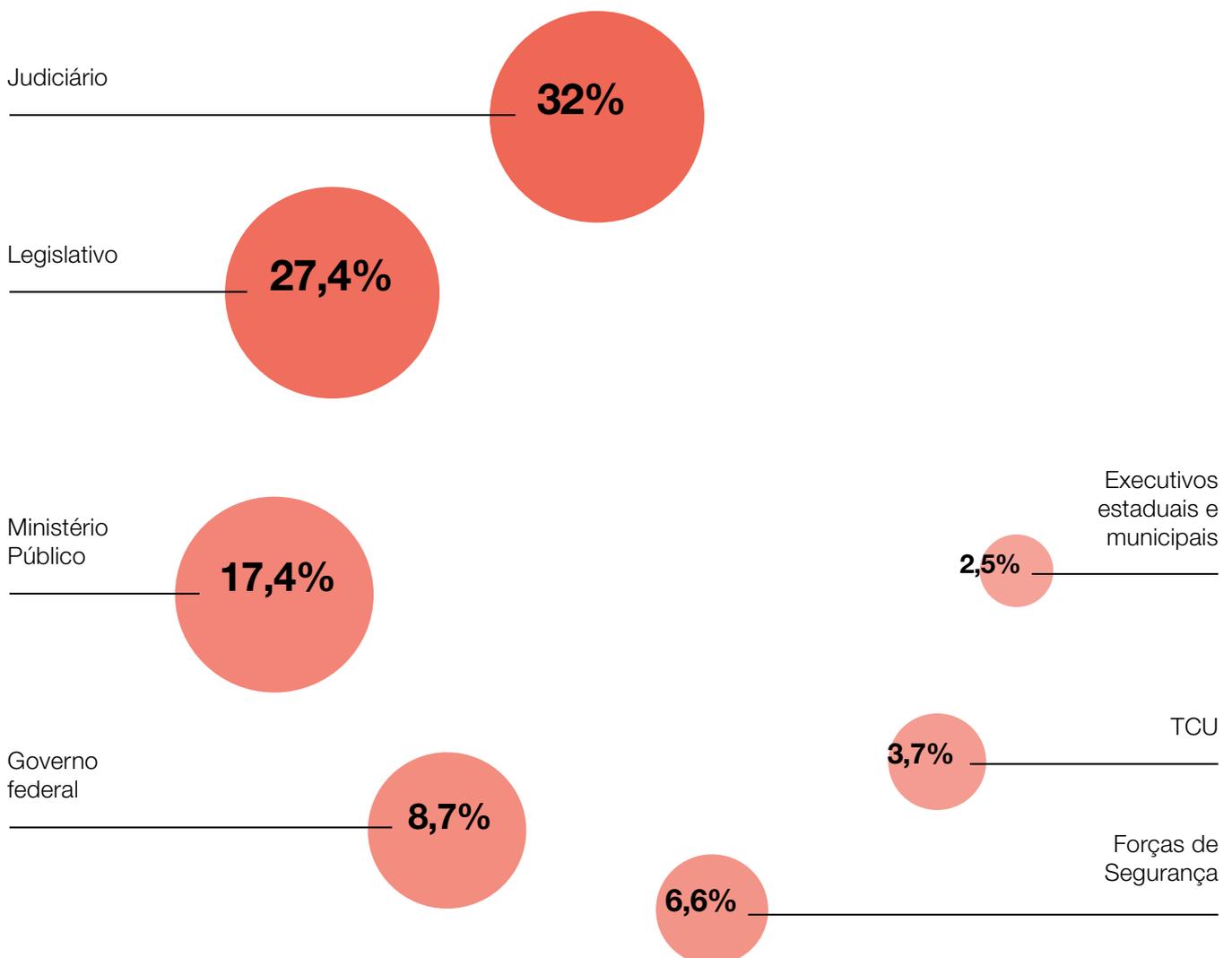
O Judiciário (32%), o Legislativo (27,4%) e o Ministério Público (17,4%) foram os atores estatais que apresentaram mais respostas aos ataques contra o espaço cívico brasileiro. O STF foi responsável por 53,25% das reações do Judiciário, tendo atuado principalmente para conter o avanço da pandemia de Covid-19, agindo para garantir a [vacinação da população, principalmente de crianças](#), exigindo a [distribuição de testes e máscaras entre quilombolas](#), [autorizando a demissão de não vacinados](#), [determinando o passaporte de vacinação para viajantes](#) e [investigando Bolsonaro por ter associado a Aids à vacina contra Covid](#). O STF também atuou em prol do [uso responsável das redes sociais](#) e na [contenção de publicações violentas e ofensivas](#), como no caso de Allan dos Santos, que, segundo decisão da Corte, que determinou a sua prisão e extradição, tinha como objetivos “[atacar integrantes das instituições públicas, desacreditar o processo eleitoral brasileiro, reforçar o discurso de polarização, gerar animosidade dentro da própria sociedade brasileira, promovendo o descrédito dos poderes da república](#)”.

Já no Legislativo, a Câmara dos Deputados foi responsável pela maioria das respostas institucionais (54,6%), em especial em relação ao posicionamento de aliados ao governo em órgãos-chave e à subversão de seus mandatos. Em reação à crise no Inep e denúncias de assédio contra servidores, deputados pediram ao TCU o [afastamento do presidente do instituto, Danilo Dupas](#) e a sua [investigação pelo MPF](#). Ele e o [ministro da Educação](#) foram [chamados para dar explicações em Comissões da Câmara](#). Os [ministros da Saúde](#) e do [Meio Ambiente](#) também foram convidados a apresentar esclarecimentos. Já na Comissão de Cultura, foi elaborado um relatório no qual foi [apontado o “desmonte da Lei Rouanet”](#) e a [“Fundação Palmares ideologizada”](#). Além dos pedidos

de explicações, a Câmara também atuou apresentando diversos pedidos de investigação. Os deputados acionaram o [STF](#), o [MPF](#) e o [TCU](#) em diversas ocasiões contra ameaças promovidas principalmente por membros do governo federal. O período também foi marcado pela [aprovação de medida provisória para abrir crédito extraordinário](#) para enfrentamento da pandemia em áreas indígenas, apresentação de [projeto para suspender portaria da Cultura](#), que vetava exigência de passaporte em projetos financiados pela Lei Rouanet, [aprovação de relatório que criminaliza disseminação de fake news](#) e [entrega do relatório da CPI da Covid-19 ao Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos](#).

O Ministério Público, por sua vez, foi autor de 17,4% das respostas institucionais, atuando, principalmente, contra os [ataques às urnas eletrônicas](#), a [disseminação de fake news](#) e [ameaças ao STF](#) e demais instituições democráticas, cobrando [reparação para vítimas de Covid-19](#), investigando irregularidades nas áreas da [Saúde](#), da [Cultura](#) e da [Educação](#), [pedindo providências com base no relatório final da CPI da Covid](#) e alertando para a [erosão dos órgãos de controle do Estado](#).

FIGURA 9 - Autores das respostas institucionais

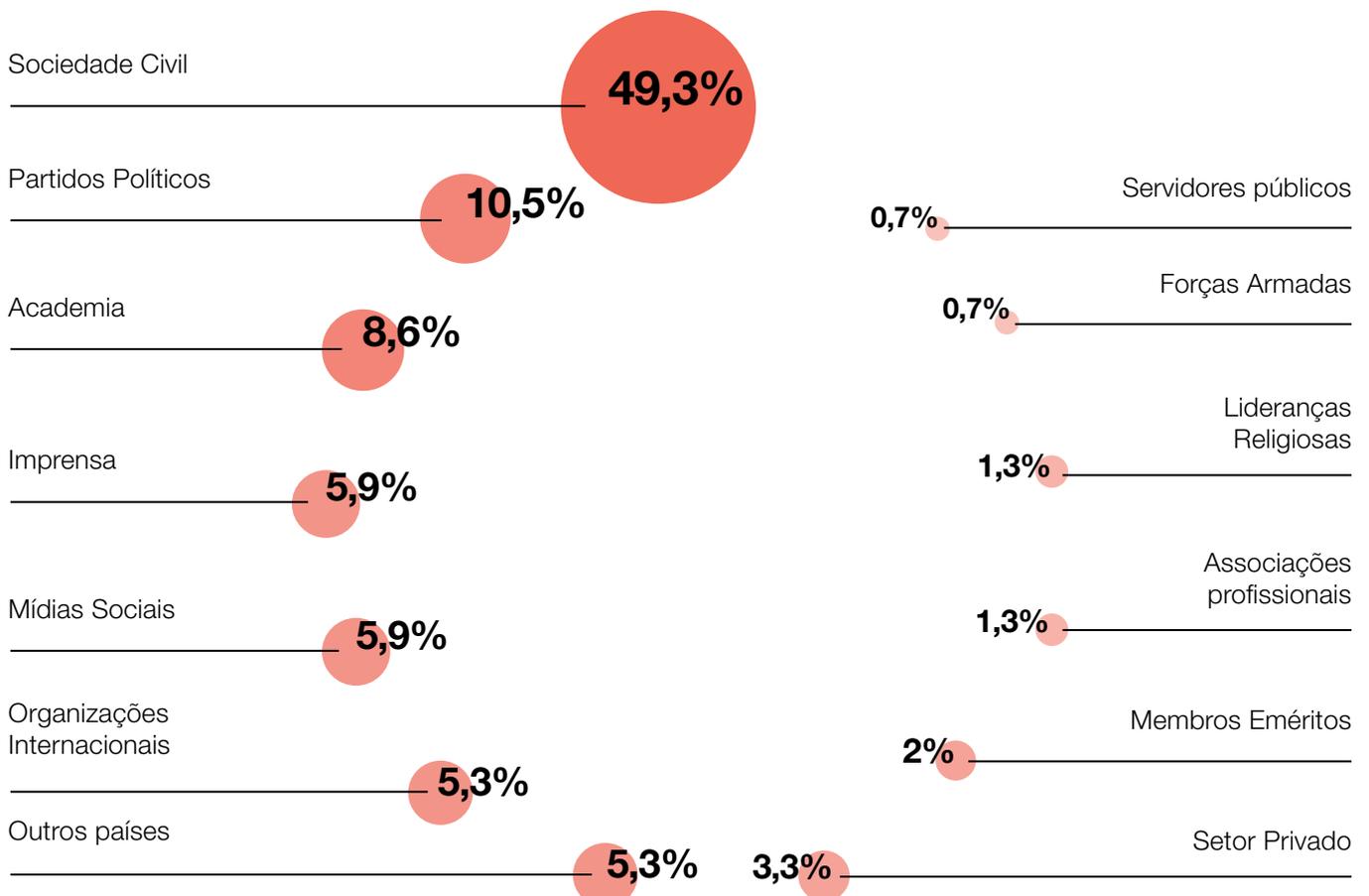


Resistência

No último trimestre de 2021, a sociedade civil protagonizou a maior parte das ações de resistência ao fechamento do espaço cívico (49,3%). Os partidos políticos também merecem destaque, alcançando 10,5% das reações. Em terceiro lugar, a Academia foi responsável por 8,6% dos atos de resistência. As mídias sociais (5,9%), a imprensa (5,9%), organizações internacionais (5,3%), lideranças de outros países (5,3%) e o setor privado (3,3%) também atuaram para conter os ataques.

As [organizações da sociedade civil](#) foram agentes de resistência fundamentais, [monitorando as ações do governo](#), apresentando [demandas sociais a agentes institucionais](#), denunciando violações na [CIDH](#) e na [ONU](#), [apresentando recomendações](#), realizando [checagem de notícias](#), [ajuizando ações civis públicas](#) e [organizando atos de protesto](#). Alguns [membros eméritos](#) também se mostraram especialmente atuantes, apresentando [manifestações](#) e [notas de repúdio aos retrocessos](#) sofridos por suas [respectivas áreas de atuação](#). Já os partidos políticos atuaram em diversas frentes, principalmente acionando o Judiciário e outros entes estatais contra as ameaças envolvendo [fake news](#) e [campanhas de desinformação](#), [grupos antivacina](#), [violência política](#), violações aos [direitos das mulheres](#) e dos [povos indígenas](#), [danos ao meio ambiente](#) e [intimidação contra servidores](#). A academia, por sua vez, atuou por meio de [cartas de protesto](#) e até mesmo rejeição de nomeações, [títulos](#) e [homenagens](#), além de [renúncias coletivas](#) como forma de [repúdio à gestão atual](#).

FIGURA 10 - Autores de ações de resistência



Mudança de posicionamento

Identificar as mudanças de posicionamento de entes estatais é fundamental para avaliar o impacto que a pressão social e institucional tem tido na tomada de decisões, em especial do governo federal. No período, houve um apaziguamento dos ânimos após a crise institucional do [7 de Setembro](#) e o presidente [Jair Bolsonaro deu uma trégua em suas ameaças ao Supremo](#). O discurso do presidente também [passou a ser mais moderado em suas falas a respeito de alguns temas](#), como em relação à vacinação e ao meio ambiente, principalmente em fóruns internacionais. Após [pressão no exterior](#), o Brasil [sinalizou alguns avanços](#) na pauta ambiental durante as negociações da COP26, ao [assinar a Declaração das Florestas](#) e [ceder em pontos de atrito nas negociações para criação de um mercado de carbono](#).

O período foi marcado por um apaziguamento dos ânimos após a crise institucional de 7 de Setembro

Anexo 1 - Tipologia de estratégias legais, ilegais e extralegais e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico (atualizada)

<i>Estratégias</i>	<i>Descrição</i>	<i>Exemplos de táticas / ações</i>
I. Cooptação	Cooptação é o processo de incorporação de pessoas a um grupo de elite, oferecendo-lhes privilégios em troca de apoio, em geral para gerenciar a oposição e atender demandas e interesses de grupos aliados ou potenciais apoiadores, assim, manter a estabilidade desse grupo no poder. (Selznick, 1948; Piven and Cloward, 1977).	Oferta de relacionamento privilegiado, incluindo acesso a contratos públicos e financiamento, caso seja concedido apoio irrestrito. Incentivo, fomento e ações públicas destinadas especificamente ao apoio, financiamento e fortalecimento de grupos aliados, como concessão de privilégios excessivos para manutenção da lealdade e do apoio irrestrito de base aliada.
II. Coerção	Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça, limitando suas escolhas. (Schelling, 1966).	Ameaça velada ou aberta de demitir ou destituir funcionários públicos e nomeados políticos se eles não aderirem às falsas narrativas ou irregularidades do governo. Ameaça velada ou aberta de suspender parcerias em andamento e/ ou financiamento público à luz de críticas públicas.
III. Fake News e campanhas de desinformação	Fake news são notícias falsas veiculadas no noticiário, redes sociais e divulgadas na internet, que tentam se passar por notícias reais. Existem seis tipos: sátira, paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda (Tandoc, Lim, Ling, 2007). Desinformação é informação falsa disseminada deliberadamente para causar prejuízo público por lucro ou benefício privado, indo além das notícias falsas (EC, 2018).	Produção em massa e disseminação de conteúdo falso para ganhar influência política. Contratação de blogueiros, uso de perfis falsos, bots e outras ferramentas digitais para criar e disseminar histórias falsas usando dinheiro público ou recursos de grupos de apoio. Disseminação de campanhas de desinformação para distrair ou enganar. Ataques contra fatos e a ciência.
IV. Censura (velada ou explícita)	Censura refere-se à “política de restringir / suprimir a expressão pública de ideias, opiniões, concepções e impulsos que têm ou se acredita terem a capacidade de minar a autoridade governante ou a ordem social e moral que essa autoridade se considera obrigada a proteger.” (Laswell, 1930)	Intenção de provocar autocensura de indivíduos visados on-line ou off-line. Criação de obstáculos ao acesso à informação pública. Classificação ou restrição de publicações e documentos. Intenção direta de desqualificar resultados de pesquisa. Retirada de fundos de projetos culturais não alinhados com as visões do governo. Conteúdo filtrado ou internet controlada. Censura amplamente aplicada por lei à mídia, pesquisa, manifestações culturais e debate.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
V. Intimidação e assédio	<p>Intimidação se refere a ações diretas ou indiretas contra terceiros para impedi-los de continuar seu trabalho ou para induzir o medo de um ataque (CIVICUS, 2019).</p> <p>Assédio são ações ou comportamentos verbais ou físicos que rebaixam, humilham ou constrangem um cidadão ao expressar opiniões críticas (CIVICUS, 2018).</p>	Uso de forças de segurança do estado e aparato de inteligência para intimidar oponentes.
		Perseguição e intimidação de ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas.
		Chantagem.
		Assédio ou ataque contra instituições por autoridades.
		Assédio ou ataque contra ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas por autoridades.
		Ataque misógino contra mulheres com perfil público.
		Campanhas de desumanização / difamação / deslegitimação contra indivíduos, grupos ou instituições (ação oficial direta ou indireta).
		Ataques organizados on-line e campanhas contra indivíduos, grupos ou instituições (bots e mobilização de milícias digitais).
		Ameaças de cancelar concessões públicas de canais de mídia independente.
VI. Violação de privacidade (vigilância do Estado)	<p>A violação da privacidade refere-se à violação do direito humano fundamental à privacidade, que sublinha que “ninguém será sujeito a interferências arbitrárias na sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).</p> <p>Vigilância do Estado é a coleta de informações, incluindo o monitoramento, rastreamento e identificação, para o controle de grupos específicos, supervisionada por funcionários e administradores, articulada a algum propósito específico (Giddens, 1984; Lyon, 1994). Geralmente na esfera cinzenta/extralegal de assuntos públicos (Starr et al).</p>	Escutas ilegais.
		Monitoramento de mídia digital de perfis selecionados para dossiês, assédio e intimidação.
		Encerramento de contas, sites, servidores.
		Hackear perfis para intimidar ou assediar, ou usar perfis privados em campanhas de milícias digitais.
		Uso indevido de dados privados dos cidadãos em campanhas micro direcionadas de desinformação e outras ações digitais sem consentimento.
		Monitoramento ilegal da oposição, incluindo organizadores de protestos.

continuação

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
VII. Violação de direitos civis e políticos	<p>Violações dos direitos políticos incluem a negação do direito a um julgamento justo e ao devido processo; e direitos de participação na sociedade civil e na política, como liberdade de associação, direito de reunião e direito de voto (Dahl, 2005). Violações dos direitos civis incluem discriminação em razão de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, filiação política, etnia, religião e origem social; e restrições à liberdade dos indivíduos. (ICCPR, 1976).</p>	Restrições ou proibições de protestos ou manifestações públicas.
		Restrições para a incorporação, registro, operação e ciclo de vida de organizações da sociedade civil.
		Fechamento de organizações da sociedade civil que resistam a se conformar com regras autoritárias ou draconianas.
		Cancelamento de registros ou licenças para organizações da sociedade civil que cumprem a lei.
		Invasão / destruição de escritórios de organizações da sociedade civil.
		Apreensão de propriedade.
		Expulsão e proibição de operar em determinado país.
		Proibições de viagens.
		Investigações legais ilegítimas.
		Fomentar a discriminação e as violações dos direitos de minorias e grupos vulneráveis.
Fomentar a intolerância religiosa.		
VIII. Restrições ao envolvimento e participação cívica	<p>Restrições a quaisquer formas de trabalho individual ou coletivo para resolver problemas da comunidade e abordar questões de interesse público (participação cívica), bem como quaisquer formas de expressar conhecimento, crenças, opiniões e atitudes sobre questões públicas (engajamento cívico) (Barrett e Brunton-Smith, 2014), especialmente ao contribuir e interagir com a formulação de políticas, monitoramento e/ou processo de tomada de decisão.</p>	Exclusão da linguagem sobre a participação da sociedade civil em resoluções nacionais e internacionais.
		Endurecimento das regras para permitir o acesso da sociedade civil ao Congresso Nacional.
		Desautorização de instituições estatais para trabalhar com ONGs.
		Penalização de funcionários públicos que desobedecem às instruções de cortar o acesso à sociedade civil.
		Encerramento de conselhos e mecanismos participativos.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
IX. Restrições de financiamento	Restrições à capacidade da sociedade civil e instituições de pesquisas técnico-científicas, públicas ou privadas, de acessar financiamento público e privado, nacional ou internacional, por meio de leis, medidas administrativas e atividades extralegais coordenadas pelo governo (Wolff e Poppe, 2015). Restrições também podem ser aplicadas através de ações e omissões do Governo que visem dificultar, limitar ou inviabilizar o financiamento público.	Instituições governamentais param de conceder autorização para que as OSCs participem de projetos e recebam fundos de doadores de cooperação internacional ou de recursos públicos destinados ao fomento, incentivo e apoio financeiro a atividades da sociedade civil.
		Aplicação excessivamente ampla de medidas de combate à lavagem de dinheiro e contraterrorismo.
		Uso de leis sobre difamação, traição e outras para trazer acusações criminais contra beneficiários de financiamento internacional.
		Restrições para financiamento nacional e internacional e/ou proibição de doadores específicos.
		Exigência de aprovação prévia do governo e/ou fundos internacionais encaminhados por meio de entidades controladas pelo governo.
		Limitar o montante de financiamento internacional por OSC.
		Restrição de atividades realizadas com financiamento internacional e público nacional, incluindo restrições baseadas em conteúdo (por exemplo, proibição de trabalho de direitos humanos ou “atividade política”).
		Tributação de fundos internacionais.
		Categorizar OSCs que recebem financiamento internacional como “agentes estrangeiros”, adotando distinção de tratamento destas organizações ou impondo ônus ao seu trabalho
		Requisitos processuais onerosos.
		Congelamento ou apreensão de fundos e a não liberação de recursos públicos devidamente destinados a financiar atividades da sociedade civil.
		Proibição de receber financiamento internacional e de repasses de verbas públicas.
		Sucateamento de universidades públicas através de cortes excessivos no orçamento.
Corte de benefícios fiscais para pesquisa científica e desenvolvimento acadêmico.		

continuação

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
X. Violência física	Violência Física é a infligção intencional e direta de dano às pessoas, desde sofrimento físico ou dano corporal a morte violenta (Kalyvas, 2006). No contexto desta pesquisa, atos de violência física podem ser perpetrados por agentes estatais ou não estatais, incluindo paramilitares, milícias, gangues, representantes da segurança privada e outros indivíduos encorajados pela retórica de ódio de figuras políticas para se livrar da oposição.	Respostas violentas do Estado a protestos.
		Recusa em proteger aqueles que estão sob ameaça.
		Ataques violentos contra minorias e grupos vulneráveis.
		Ameaças de violência física por parte de atores estatais e não estatais.
		Prisão ilegal de líderes cívicos.
		Tortura / maus-tratos.
		Desaparecimento forçado.
		Tributação de fundos internacionais. Assassinato / execuções extrajudiciais de defensores dos direitos humanos, líderes cívicos e jornalistas.
XI. Jogo duro constitucional (Constitutional Hardball)*	O jogo duro constitucional consiste na exploração, por atores políticos, de procedimentos, leis e instituições para obter ganhos partidários violando normas preestabelecidas e forçando os limites da legalidade, o que pode minar o entendimento compartilhado das normas democráticas e a expectativa de que o outro lado as cumpra. (Tushnet 2004, Levitsky e Ziblat 2018). O uso indevido de prerrogativas institucionais em prol de interesses de grupos políticos e/ou interesses privados ou não republicanos.	Uso excessivo de medidas executivas e infralegais para governar, ignorando o Congresso, princípios e garantias constitucionais.
		Emissão de normas e decretos que contradizem a Constituição.
		Não conformidade com as normas não escritas que servem para respeitar a separação dos poderes do Estado.
		Decisões executivas que reduzem o orçamento, estrutura e alteram o funcionamento de órgãos públicos da administração criados para auditar, fiscalizar e supervisionar o Executivo.
		Redução do poder de influência de partidos da oposição nas Casas Legislativas, restringindo o amplo debate durante as votações.
XII. Abuso de poder*	Abuso de poder ocorre quando os atores políticos se aproveitam de sua posição para ganho pessoal, impedindo a responsabilidade gerencial básica e/ou atuando contrariamente ao interesse público e à finalidade pública (Sankowsky, 1995).	Interferência política em portarias das Forças Armadas que violam leis e/ou a Constituição.
		Interferência política na administração pública com nomeações e demissões de servidores públicos para favorecer interesses privados.
		Interferência política em nomeações de universidades públicas, centros de pesquisa e conselhos participativos para impor censura.
		Interferência política nos procedimentos e nomeações de cargos de liderança da aplicação da lei e de outras agências públicas independentes, visando proteger interesses privados.
		Nomeação de pessoas com o fim de aparelhar órgãos ou para satisfazer interesses privados em claro desvio de finalidade, que desatende o interesse público.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
<p>XIII. Violação de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente.</p>	<p>Os direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC, 1966) são direitos humanos que garantem aos indivíduos e comunidades seu pleno desenvolvimento e dignidade, sendo fundamentais para o engajamento no espaço cívico. Violações destes direitos incluem a falha em respeitar, proteger e garantir (Eide, 2001) uma alimentação e moradia adequada, educação, trabalho, saúde, segurança social, participação na vida cultural, água e saneamento. Quanto à defesa do meio ambiente, e a sua essencialidade para os direitos humanos (OC-23/17, CIDH), cabe ao Estado os deveres de prevenir, precaver, mitigar e cooperar em prol da conservação do meio ambiente.</p>	<p>Não elaborar ou não adotar planos para responder a emergências ou desastres ambientais, que incluam medidas de segurança e procedimentos para minimizar suas consequências.</p>
		<p>Impedir, dificultar ou inviabilizar acesso à informação relacionada com possíveis interferências no meio ambiente.</p>
		<p>Promover a destruição do meio ambiente.</p>
		<p>Não consultar ou negociar com as populações e comunidades potencialmente afetadas por danos e impactos ambientais.</p>
		<p>Adotar medidas que discriminem, de maneira direta ou indireta, segmentos populacionais.</p>
<p>* Mesmo que a maioria das táticas usadas nas categorias “jogo duro constitucional” e “abuso de poder” não sejam infringidas diretamente contra os agentes do espaço cívico, essas táticas diminuem a transparência, podem minar a separação de poderes e os freios e contrapesos que poderiam impedir que as táticas descritas nas outras categorias fossem implementadas.</p>		
<p>Fontes para as táticas: entrevistas em off com líderes cívicos; Buyse 2018; Civicus 2017, 2018, 2019; ICNL; Levitsky and Ziblat 2018; OHCHR; Rutzen, 2015; WEF 2017; World Movement for Democracy.</p>		

Saiba mais

Para mais informações sobre a tipologia utilizada e referências acadêmicas, leia o artigo estratégico “A Ágora sob ataque: Uma tipologia para a análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo”. A tipologia foi atualizada e pode ser consultada na nota técnica “Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico”. Os materiais estão disponíveis em: <https://igarape.org.br/espaco-civico/>”



INSTITUTO IGARAPÉ a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br